



Câmara Municipal de Cantagalo

MOÇÃO DE REPÚDIO

Senhor Presidente,
Sra. Vereadora,
Senhores Vereadores,

A P R E S E N T A M O S, na forma regimental, ouvido o Douto Plenário desta Casa Legislativa, a presente **MOÇÃO DE REPÚDIO à situação dos EMPREGADOS e APOSENTADOS da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.**

Considerando a grave situação que envolve milhares de brasileiros trabalhadores e aposentados dos Correios, lesados, durante os últimos anos, em seu Fundo de Pensão - Postalis;

Considerando que o Postali, foi criado, no ano 1981, cuja adesão **ao plano, à época, foi compulsória**; ou seja, os funcionários dos Correios eram obrigados a aderir ao plano, sob pena de não serem admitidos;

Considerando que os **argumentos** para a adesão, à época, foram no sentido de **complementar as aposentadorias recebidas do INSS**, de forma que os assistidos mantivessem a remuneração, semelhante à que recebiam, enquanto trabalhadores da ativa, esclarecendo que, embora os Correios sejam uma Empresa Pública, seus empregados são regidos pela CLT;

Considerando que no ano de 2008, os Correios, unilateralmente, prevendo um desequilíbrio atuarial, entendeu que deveria fazer um aporte do valor correspondente ao desequilíbrio, em que os funcionários não teriam que arcar com qualquer contribuição extraordinária;

Considerando que, foi decidido criar outro Plano chamado **PostalPrev**, em que cada participante optava por percentuais de contribuição, para formar sua reserva de poupança, com contribuição paritária da patrocinadora;

Considerando que a gestão de ambos planos continuou sob a responsabilidade da **Empresa de Correios e Telégrafos**, através do **Postalis** e, após inúmeros rombos, ou gestões temerárias, apurados pelo **Ministério Público Federal**, no ano de 2014, houve um equacionamento no **plano previdenciário**, passando a cobrar contribuições extraordinárias de **17,98%** de todos os participantes, sendo que os aposentados contribuem ainda com outros 9%, para cobertura de despesas administrativas, somando-se assim, **26,98%** de redução em seu benefício proporcional definido no plano de aposentadoria;

[Assinaturas manuscritas]

Considerando que em outubro de 2017, o Governo Federal, através da PREVIC decretou intervenção no Fundo de Pensão do Postalís, após apurações de novos rombos realizados através de operações especiais da Polícia Federal como: Positus, Greenfield e Pausare, rombos estes que somaram quase **R\$ 6 bilhões**;

Considerando que o atual interventor já sinalizou a necessidade de um **novo equacionamento** no plano previdenciário, o que implicará em um aumento das contribuições extraordinárias, para bem perto, de **50%** do valor do benefício, o que irá trazer **sérios prejuízos aos empregados da ativa e aos aposentados**, reduzindo a sua remuneração complementar;

Considerando que permanece o risco de liquidação do **Plano BD**, caso o saldamento do plano não se mostre viável aos olhos da **PREVIC**, que outrora os fechou, ou quedou-se inerte, frente aos rombos e desvio que foram trazidos aos seus conhecimentos, desde o ano de 2012, pelas associações de empregados da ECT;

Considerando que a situação do **Plano BD do Postalís** é complicada, principalmente, para os fundadores do plano, que são os aposentados mais antigos e, cujo plano se constitui em remuneração principal, se comparado com o novo **Plano PostalPrev**;

Considerando que o estancamento das gestões temerárias, ainda está muito distante, vez que o **Estatuto do Postalís** privilegia os interesses e vontades da patrocinadora, a **ECT** e do próprio Governo Federal, que em estância derradeira influencia as indicações e rumos das aplicações;

Ante o Exposto, REQUEIRO, nos termos regimentais, ouvido em Plenário, que seja manifestada **MOÇÃO DE REPÚDIO** desta Casa, em apoio aos Empregados e Aposentados da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, para que as matérias legislativas, que envolvam o **Postalís** e seus planos, possam merecer a atenção e comprometimento das estruturas políticas governamentais, legislativas e judiciais federais, visando a mitigar os impactos danosos que já vêm sendo arcados pelos **aposentados e aposentáveis da ECT, especialmente, em relação à intervenção que foi decretada, há mais de 300 dias, pela PREVIC sem que desse qualquer resultado**; deixando aflitos e desamparados os mais de **140.000 mil** participantes e assistidos, em todo o território nacional, e, principalmente, os funcionários de Cantagalo e Região.

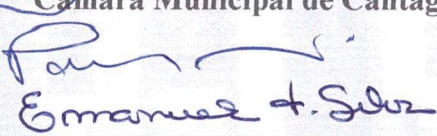
Que a presente Moção, após aprovada pelos senhores Pares, seja encaminhada, como prova de nossa mais veemente **PREOCUPAÇÃO E APOIO**, ao Exmo. Senhor Presidente da República, Michel Temer, ao Exmo. Sr. Eunício Lopes de Oliveira, Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia, Presidente da Câmara Federal, Exmo. Sr. Eduardo Refinetti Guardia, Ministro da Fazenda, Exmo. Esteves Pedro Conalço Júnior, Ministro do Planejamento, Exmo. Sr. Gilbero Kassab, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Exmo. Sr. Mansueto Facundo de Almeida Júnior, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Exmo. Sr. Fábio Henrique de Souza Coelho, Diretor-Superintendente Substituto da PREVIC e Exmo. Sr. Carlos Roberto Fortner, Presidente dos Correios.

Sala das Sessões Patrono Cívico Tiradentes, em 30 de outubro de 2018.


PROFESSOR JOÃO BOSCO DE PAULA BON CARDOSO

Vereador – PV

Câmara Municipal de Cantagalo / RJ


Emanuel T. Silva



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 20 de novembro de 2018.

Senhor João Bosco de Paula Bon Cardoso, Vereador da
Câmara Municipal de Cantagalo – RJ,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, da
Moção de Repúdio, de Vossa Senhoria, encaminhada pela Presidência do
Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para juntada ao Veto nº 16,
de 2002, que trata do *"Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº
6, de 2002 (nº 1.745/1999, na Casa de origem), que "Altera o art. 1º e
revoga o art. 4º, ambos da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992".*

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul de Luiz Fernando Bandeira de Mello.

Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa